

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.283 - SC (2019/0064008-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SANTA ROSA DO SUL - SC
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS
INTERES. : ALDO OSORIO MARQUES
ADVOGADO : VICENTE DA SILVA PINTO - RS106210
INTERES. : MIGUEL SORRENTINO NETTO
INTERES. : ROSALIA GARCIA COUTO SORRENTINO
INTERES. : MARCELO COUTO PINHEIRO
INTERES. : TOPDEZ NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SANTA ROSA DO SUL - SC**, suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS**, suscitado.

Ação: de Obrigação de Fazer c.c. Indenização por Dano Material e Imaterial, proposta por ALDO OSÓRIO MARQUES contra MIGUEL SORRENTINO NETTO e OUTROS, objetivando a entrega de um terreno por ele adquirido.

Decisão do juízo suscitado: declinou da competência em favor do juízo suscitante, sob o argumento de que diante da existência de cláusula de eleição de foro no contrato firmado entre as partes, este, "*deveria prevalecer para fins de determinação de competência.*" (fl. 88).

Decisão do Juízo suscitante: suscitou o presente conflito negativo de competência, sob o fundamento de que "*(...) diferentemente do que foi exposto na decisão que declinou a competência, a questão trata-se de relação de consumo, cabendo ao consumidor a faculdade de propô-la no foro de sua residência.*" (fl. 91).

Parecer do Ministério Público Federal: opinou pelo conhecimento do conflito e competência do Juízo suscitado (fls. 106-107).

É o relatório.

Decide-se.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

2. Sobre o tema, esta Corte firmou o entendimento de que, em princípio, a competência territorial para decidir a respeito de relações de consumo é absoluta, porém, nas hipóteses em que o consumidor ajuizar a demanda, cabe a ele escolher o local em que melhor possa deduzir sua defesa, isto é, entre seu foro de domicílio, do domicílio do réu, do local de cumprimento da obrigação, ou do foro de eleição contratual, caso exista.

Nesse sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNCEF. ECONOMIÁRIAS APOSENTADAS. RELAÇÃO DE CONSUMO. AJUIZAMENTO DA AÇÃO, SEM JUSTIFICATIVA, EM COMARCA QUE NÃO É DOMICÍLIO DA RÉ, FORO CONTRATUAL, LOCAL DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO OU DOMICÍLIO DAS AUTORAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Verificada a presença de contradição no julgamento, possível conferir efeitos infringentes aos embargos de declaração a fim de extirpar o vício.

2. Segundo entendimento desta Corte, nas ações propostas contra o consumidor, a competência pode ser declinada de ofício para o seu domicílio, em face do disposto no art. 101, inciso I, do CDC e no parágrafo único, do art. 112, do CPC.

3. **Se a autoria do feito pertence ao consumidor, contudo, permite-se-lhe a escolha do foro de eleição contratual, considerando que a norma protetiva, concebida em seu benefício, não o obriga, quando optar por demandar fora do seu domicílio.**

4. Não se admite, todavia, sem justificativa plausível, a escolha aleatória de foro que não seja nem o do domicílio do consumidor, nem o do réu, nem o de eleição e nem o do local de cumprimento da obrigação.

5. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos para conhecer do conflito, declarando competente a Justiça do Estado da Paraíba, anulada a sentença proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, RS.

(EDcl no AgRg nos EDcl no CC 116009/PB, Rel. Min. Sidnei Beneti, Relatora para acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 20/04/2012 - grifamos)

Nesse sentido, confira-se: **EDcl no AgRg nos EDcl no CC 116009/PB**, Rel. Min. Sidnei Beneti, Relatora para acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 20/04/2012; **CC 106990/SC**, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Segunda Seção, DJe de 23/11/2009; **REsp 1084036/MG**, Relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 17/03/2009; **AgRg no AREsp 391555/MS**, desta Relatoria, DJe de 20/04/2015.

Na situação dos autos, depreende-se que o autor optou por ajuizar a ação no foro de seu domicílio, ressaindo, portanto, a competência deste, para processar e julgar a ação intentada.

2. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ conheço do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS**, suscitado.

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

